REVISTA
mobile
Fórum
outro mundo em debate
Semanal | 21.6.2024

PEC DO TRABALHO INFANTIL

Mais ataques à vista

116

Forum

conteúdo | edição #116

Foto capa: Márcio Garcez/Folhapress | Menino sujo de lama após trabalhar no mangue, catando caranguejo, em Laranjeiras (SE).

APÓS PL DO ESTUPRO, DIREITA NA CÂMARA QUER LEGALIZAR TRABALHO INFANTIL

Foto Valter Campanato/Agência Brasil

Proposta absurda é relatada pelo deputado Gilson Marques (Novo-SC)

por Ivan Longo

Após tentar emplacar o Projeto de Lei (PL) 1.904/2024, conhecido como PL do Estupro, que equipara a interrupção da gravidez a partir da 22ª semana de gestação, mesmo em casos de estupro, ao crime de homicídio, a direita e a extrema direita na Câmara dos Deputados seguem tentando fazer o país retroceder em direitos e, agora, querem legalizar o trabalho infantil.

Foto Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

O autor da PEC, Dilceu Sperafico, e o relator, Gilson Marques

É o que está previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18, de 2011, que autoriza a criação de contratos de trabalho para crianças e adolescentes a partir dos 14 anos de idade. O projeto, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), estava parado há mais de uma década e voltou esta semana à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob

relatoria do deputado Gilson Marques (Novo-SC), podendo ser votado nos próximos dias.

Desde 1988, a Constituição Federal proíbe qualquer tipo de trabalho a menores de 16 anos. Entre os 14 e 16 anos, somente é permitido trabalhar na modalidade de aprendiz, que prevê a obrigatoriedade dos estudos, com frequência regular na escola.

Caso a PEC seja aprovada, crianças de 14 anos já poderiam trabalhar cumprindo carga horária de até 25 horas semanais – o que, para especialistas, fará com que filhos de famílias mais pobres trabalhem precocemente e se afastem dos estudos.

O relator da PEC, Gilson Marques, deixou claro em entrevista recente quem são os alvos da proposta ao ressaltar que sua filha, privilegiada, não precisa trabalhar.

“Minha filha, eu tenho condições de fazer o contraturno de inglês, botar para fazer atividade física, fazer outras atividades que a façam aprender. Além disso, ela não precisa de recurso financeiro para comprar livros ou se alimentar. O problema são as pessoas de baixa renda que poderiam acessar o emprego, ter um pouco de recurso e ainda aprender, ter uma experiência, ter um mentor”, declarou.

O parlamentar, entretanto, ignora o fato de que, com um trabalho, ainda que com carga horária reduzida, diminuem-se as chances de crianças e adolescentes frequentarem escolas de tempo integral.

À **Fórum**, o advogado **Ariel de Castro Alves**, especialista em direitos da infância e juventude, classificou a PEC como "mais uma proposta eleitoreira, oportunista e demagógica de véspera de eleição".

"O autor da proposta parece desconhecer a Lei de Aprendizagem, que já permite que adolescentes a partir de 14 anos exerçam atividades como aprendizes. E a aprendizagem está vinculada à educação, escolarização e profissionalização. O Congresso Nacional

deveria estar preocupado com a efetivação da Lei de Aprendizagem", diz Castro Alves.

Ex-secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o advogado afirma que o país precisa "retomar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social" e "intensificar as fiscalizações de combate ao trabalho infantil pelos auditores do trabalho do Ministério do Trabalho", além de "viabilizar campanhas informativas e de sensibilização sobre os malefícios do trabalho infantil junto à população".

Trabalhador infantil de hoje, desempregado de amanhã

Ariel de Castro Alves cita levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o aumento da exploração do

trabalho infantil, que explodiu durante o governo de Jair Bolsonaro com o desmonte das equipes de fiscalização, e faz relação direta entre o fenômeno e a evasão escolar apontada em outros estudos.

Caso a PEC do trabalho infantil seja aprovada, a tendência é que adolescentes a partir de 14 anos frequentem menos a escola e, consequentemente, estejam mais suscetíveis à exploração.

> “O último levantamento do IBGE, que mostrou o aumento da exploração do trabalho infantil no Brasil, tem relação com pesquisas anteriores que mostraram o aumento da evasão escolar nos últimos anos. O primeiro sinal de que uma criança ou adolescente está em risco e em trabalho infantil é quando deixa de frequentar a escola. E, quando isso acontece, a rede de proteção social deve atuar imediatamente”, assinala.

O advogado pontua ainda que “existe uma conivência da sociedade com a exploração do trabalho infantil”, que gera inúmeros prejuízos não só para a criança ou adolescente explorado, mas para a sociedade como um todo.

“O trabalhador infantil de hoje será o

desempregado ou subempregado de amanhã, porque o adolescente acaba abandonando a escola e não ingressando em cursos técnicos, profissionalizantes e nas universidades. Assim, não conseguirá se preparar para um mercado de trabalho cada vez mais concorrido."

Reações

O Brasil é signatário de uma convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que prevê a abolição do trabalho infantil por meio de políticas que permitam a adolescentes somente com mais de 15 anos trabalharem. Ou seja, a PEC em tramitação na Câmara contraria tal determinação.

Nesse sentido, entidades ligadas aos direitos humanos vêm reagindo à PEC que pode legalizar o trabalho a partir dos 14 anos,

entre elas o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, atualmente comandado por Silvio Almeida.

"Observa-se que a PEC, ao pretender a redução da idade mínima para o trabalho, expondo adolescentes com idade de 14 anos aos malefícios do trabalho precoce, afronta diretamente os direitos fundamentais relacionados com a proteção no trabalho e o direito à profissionalização de adolescentes", diz nota do Conanda.

A tramitação da PEC do trabalho infantil também vem repercutindo no Congresso Nacional. Parlamentares governistas afirmam que vão se mobilizar para barrar a aprovação da proposta.

"Eles querem mexer na Constituição para que se possa contratar crianças a partir de 14 anos. É a tentativa de explorar o trabalho de crianças e adolescentes. É uma vergonha. Estou chamando você a se mobilizar contra essa PEC do trabalho infantil. A gente tem que dar um basta a esse retrocesso que um setor aqui na Câmara quer impor à sociedade brasileira", disse o deputado **Lindbergh Farias** (PT-RJ).

"Absurdo! Mais um ataque à infância promovido pela extrema direita! Agora, querem levar para análise na CCJC uma PEC para regularizar o trabalho de crianças a partir dos 14 anos. Lugar de criança é na escola, é brincando, e não trabalhando para formar mão de obra barata e precária. Não bastasse quererem obrigar meninas a virarem mães, esses mesmos querem retirar das crianças o seu direito à infância e à educação", afirmou, por sua vez, a deputada **Célia Xakriabá** (PSOL-MG).

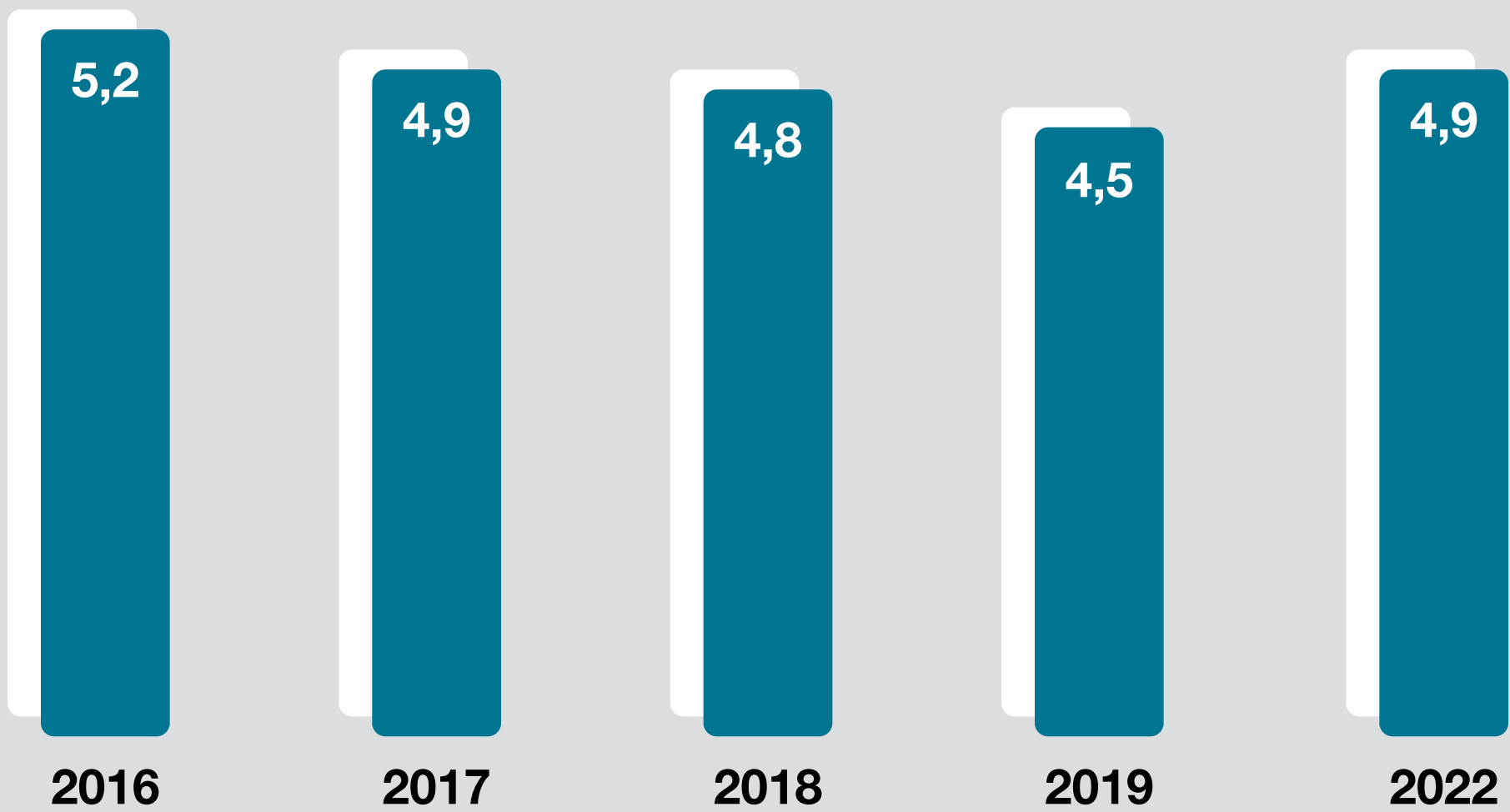
"Essa medida viola direitos fundamentais garantidos pela Constituição e representa um retrocesso nas conquistas sociais! Um absurdo!", asseverou **Chico Alencar** (PSOL-RJ).

Dados sobre o trabalho infantil no Brasil

Dados divulgados pelo IBGE em dezembro de 2023 mostram que, em 2022, havia 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil — o correspondente a 4,9% da população nessa faixa etária.

O número de crianças e adolescentes nessa condição, segundo o instituto, vinha diminuindo desde 2016 (2,1 milhões), mas a partir de 2019 o índice voltou a subir.

Entre 2016 e 2019, o trabalho infantil diminuiu 16,8% no país. De 2019 para 2022, isto é, durante o governo de Jair Bolsonaro, o contingente em situação de trabalho infantil aumentou 7%, passando de 1,758 milhão em 2019 para 1,881 milhão em 2022.◆

Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, no total da população nessa faixa etária (%)

Pessoas de 5 a 17 anos

	2016	2017	2018	2019	2022
Total	40,6 milhões	39,9 milhões	39,3 milhões	38,8 milhões	38,4 milhões
Em situação de trabalho infantil	2,11 milhões	1,95 milhões	1,91 milhões	1,76 milhões	1,88 milhões

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2022

ASSISTA!

CLIQUE AQUI

Foto Fernando Frazão/Agência Brasil

Política

Repúdio instantâneo e massivo ao PL do Estupro mostra força da resistência

Gilead é aqui, Gilead não é aqui

por Julian Rodrigues

Cada mergulho é um flash. *Blitzkrieg*, *Desert Storm*, tudo ao mesmo tempo agora. A avalanche de retrocessos chega em velocidade maior que a da luz. Experimentem ficar 48 horas sem ler notícias.

Quando retornarem, o mundo terá piorado significativamente.

A extrema direita não para, aqui e alhures. A vitória eleitoral de Lula foi um suspiro, um alento, deu-nos mais tempo e esperança, deu maiores condições para resistir. Mas foi só isso. O bolsonarismo, o neofascismo, o fundamentalismo religioso seguem em brutal ofensiva, lépidos e faceiros. Comandam a agenda política e legislativa, pautam o debate público, impõem a agenda *setting*.

Restringir ou eliminar os direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, atentar contra a vida e dignidade das mulheres e LGBT+ sempre esteve na pauta legislativa. Mas nunca antes esse tipo de proposição teve tanta força no Parlamento e na sociedade. Desde o golpe de 2016, mergulhamos num buraco profundo, do qual não saímos. Pior, seguimos em queda sem nem conseguir imaginar onde, afinal, está o fundo desse poço.

Os fascistas, homofóbicos, machistas, racistas, negacionistas e estúpidos, em geral, saíram do armário. E mais, andam por aí orgulhosos de sua escrotidão. Legitimados.

Esse *zeitgeist*, esse desolador *esprit du*

Foto Marcelo Camargo/Agência Brasil

Manifestantes vestidas como as aias de Gilead, o estado teocrático que comanda parte dos Estados Unidos na série *O Conto da Aia*

temps no qual estamos mergulhados é que explica o avanço de aberrações legislativas como "o" (e não "a", por favor, a palavra projeto é um substantivo masculino) PL 1.904/24, de autoria de um pastor da Assembleia de Deus fluminense filiado ao PL (Partido Liberal), que hoje é deputado. Não vou escrever o nome do verme oportunista.

O movimento LGBT+ conhece a figura há anos. O problema é que esse tipo de fascistinha, em muito pouco tempo, passou da condição de minoria barulhenta e exótica a maioria social-parlamentar. A escória perdeu o pudor. Os

bichos escrotos saíram do esgoto e vieram infestar nosso lar, nosso jantar e nosso nobre paladar. Rastejaram para fora de seus guetos fundamentalistas e agora mandam no país.

Enquanto a revolução não vem, enquanto não tivermos meios para julgá-los e puni-los — seja à maneira do guia genial dos povos, ou então pelos métodos compassivos do grande timoneiro — o que nos resta é muita luta política, ideológica, e acionar a justiça burguesa, com base na legislação vigente.

Vivam as mulheres! Viva a luta feminista!

Nossos corpos nos pertencem.

Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita e o Estado garante.◆

*Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum.

Arte Marcos Guinoza

Brasil

Tenho uma historinha pra contar sobre o tema aborto

por Mouzar Benedito

É um assunto difícil, escuto falar de mulheres que abortaram e ficaram com traumas terríveis por muito tempo, mas nem se sentem com o “direito” de se arrependerem: não tinha outro jeito. Foi um sofrimento. Pecadoras? Bandidas? Criminosas?

Sobre esse projeto de fundamentalistas... ia dizer babacas, mas são piores do que isso, muita gente já disse que gostaria de ver se a menina grávida estuprada fosse filha de um desses hipócritas. Não desejo isso, a coitada já tem o azar de ter um pai ou uma mãe tão ruim, e não merece pagar pelo que o pai ou a mãe faz.

E agora a historinha que quero contar...

Ainda nos anos finais da ditadura, foi criado o jornal *Brasil Mulher*. Sua líder, Therezinha Zerbini, era militante pela anistia aos presos políticos e o jornal tinha essa questão como central. Depois, por discordâncias internas, Therezinha Zerbini deixou o jornal, que passou a ser de militantes contrárias à ditadura também, mas acrescentando algumas coisas mais na sua militância: tinham um trabalho com mulheres num bairro distante e pobre da zona sul de São Paulo, em que,

além de questões políticas, relações de trabalho, família (maridos problemáticos), vida doméstica e outros temas, tinham como um ponto importante a educação sexual.

Muitas mulheres, a maioria donas de casa, participavam das atividades desenvolvidas. Eu colaborava no jornal e um dia me contaram sobre o trabalho de educação sexual que faziam com as moradoras do bairro. Falavam de tudo, desde o uso de camisinha até prazer e doenças venéreas. Só não podiam falar de uma coisa: o aborto. Esse assunto era tabu. As mulheres, quase todas cristãs (a maior parte católica, na época, mas tinha também protestantes – agora chamadas evangélicas).

Se alguma militante do jornal, numa reunião com as moradoras, tentasse falar de aborto, era cortada na hora. Pecado imperdoável! Tabu mesmo. Não podia nem tocar no assunto.

Uma das militantes ficou muito curiosa e começou a conversar separadamente com cada uma das moradoras, em suas visitas frequentes ao bairro. Falava isoladamente com

as mulheres sobre vários assuntos, desde amenidades até durezas da vida. Conversavam sobre a criação dos filhos, lazer, trabalho doméstico, maridos nem sempre bons, a vida cotidiana... e sutilmente chegava ao tema maldito, o aborto.

> E me disse que quase todas contaram que já tinham feito aborto. E nem era por estupro, era porque as condições de vida já estavam duras demais e ter um filho num determinado momento complicaria. Justificavam... abortavam, mas não porque queriam, era porque precisavam trabalhar e durante a gravidez e uns tempos depois do parto não poderiam. Creche, não tinha... O marido ausente ou com ganhos insuficientes... Iam viver na miséria? Morrer de fome levando o filho? O que fazer? Justificavam, né?

Fizeram sim, não porque queriam, mas por necessidade. Pecaram, mas não gostavam de ter pecado. E as meninas estupradas são pecadoras malditas que "querem" abortar?

Para finalizar, além de lembrar aos "nobres" parlamentares a pergunta que não é minha, o que fariam se uma filha de 12 anos fosse estuprada por um bandidaço e engravidasse,

penso: será que nenhum deles é filho de uma dessas mães pobres que tiveram que abortar (pedindo a Deus perdão pelo pecado) por falta de condições de criar um filho? Nem ouso falar que seria bom se umas mães tivessem abortado uns e outros por aí...

Arte Marcos Guinoza

Umas coisas para pensar

Todo mundo tem que seguir a Bíblia cegamente?

Se querem seguir a Bíblia, que sigam. Não temos nada com isso, desde que não tentem

impor aos outros. A Bíblia não é livro básico de nem um quarto da humanidade. Vão querer ir à China, Índia, Japão, boa parte da África e do Sudeste Asiático impor suas crenças? Já tentaram isso.

Na América toda também. A colonização europeia – criminosa, assassina e de rapinagem – tinha como desculpa levar a fé cristã aos povos daqui. Um exemplo do que fizeram foi no Império Inca, onde “bons cristãos” impunham o cristianismo – e a Bíblia como livro a ser seguido.

Quando os espanhóis chegaram lá, a população do Império era de 15 milhões de habitantes. Aí, começou a mortandade, parte pelas armas (para quem não aceitava se converter) e parte por doenças levadas por eles, inclusive doenças venéreas muitas vezes transmitidas por estupros. Em dez anos, a população do Império Inca tinha baixado para 1,5 milhão.

Será que isso serviu de exemplo para o Deus dos bíblicos não ter colaborado para, anos depois, fazerem a mesma coisa no Oriente?

Pacto com o diabo

Tenho a impressão de que muitos desses líderes diabólicos e sua corte, quando acordam de manhã, pensam logo de cara: “Que mal eu posso fazer hoje?”.

Durante a enchente no Rio Grande do Sul, dedicaram-se a criar notícias e informações falsas que complicavam ainda mais a vida das vítimas. “Como pode alguém ser tão ruim?”, eu pensava, mesmo não podendo esperar coisa melhor deles.

E a atuação deles no Congresso Nacional? Dedicam-se a tentar impedir qualquer coisa que seja bom para o povo, cortar direitos, tornar a vida mais sofrida.

Recentemente, tentaram (e se bobear ainda conseguem) aprovar um projeto de lei que permite privatizar terrenos da orla marítima. Sim, já existem conjuntos habitacionais, clubes e não sei que mais que impedem a entrada de não moradores ou não associados à praia que se tornou privada. Muitas! Tudo ilegalmente, mas fazem. Imaginem com uma lei a favor.

Pensem bem: todos os dias trazem “novidades” como essas.

Era de se esperar o projeto de lei dos estupradores.◆

**Este artigo não reflete, necessariamente, a opinião da Fórum.

Foto Paulo Pinto/Agência Brasil

Brasil

Criminalização da maconha

Projeto da burguesia para encarceramento e assassinato de negros

por Plínio Teodoro

Com 5 votos a favor e 3 contra, além da divergência aberta por Dias Toffoli na quinta-feira (20), o Supremo Tribunal Federal (STF) deve definir na próxima semana o julgamento que pode resultar na descriminalização do porte da maconha para consumo próprio.

Fotos STF

O ministro Luiz Fux e a ministra Cármen Lúcia, do STF

Caberá a Luiz Fux, mais afeito ao conservadorismo, ou a Cármen Lúcia, que se tem colocado de forma mais progressista, o último voto que pode descriminalizar o usuário e dar o primeiro passo para a reparação de um processo histórico de cunho altamente racista em relação à planta no Brasil.

Dados de uma pesquisa do Núcleo de Estudos Raciais do Insper, divulgados na sexta-feira (21) pela *Folha de S.Paulo*, revelam que, entre 2010 e 2020, ao menos 31 mil negros foram enquadrados como traficantes ao serem flagrados com quantidade similar de maconha que levaram brancos a responderem como usuários.

Distante do "tom panfletário" — como Luís Roberto Barroso definiu o voto do "terrivelmente evangélico" **André Mendonça**, contrário

à descriminalização —, é preciso conhecer a história da criminalização da maconha e, sobretudo, revelar o alinhamento dessa política com o projeto de encarceramento em massa da população negra pelos neofascistas da ultradireita em sua cruzada hipócrita na questão das drogas. E que se liga diretamente, na atualidade, aos anseios por lucros dos neoliberais em cima da privatização das cadeias.

Meu primeiro contato com essa história se deu nos idos dos anos 2000. Como repórter do *Estado de Minas*, na região sul do estado, tive o prazer de conhecer o engenheiro Artur Augusto Alves, que havia criado uma pequena usina de produção de biodiesel a partir do nabo forrageiro — que era tratado como erva daninha pelos produtores de café da região.

Alves transformava a planta em biodiesel, que era dado como pagamento pela matéria-prima fornecida pelos agricultores da região e usado para abastecer tratores e maquinários das propriedades rurais.

Para isso, relatou o engenheiro, era preciso fazer pequenas alterações nos motores a diesel — combustível produzido a partir da borra do petróleo. Alves então me contou a história desse motor e como isso se liga ao processo de criminalização da maconha nos Estados Unidos, no início do século 20.

Petróleo e cânhamo

Segundo ele, à época a crescente indústria petrolífera que surgia nos EUA precisava dar destino ao óleo que era descartado após a produção de apenas 18% de gasolina que resultavam do beneficiamento do óleo cru do petróleo.

Descobriu-se, então, que com pequenas alterações no motor a biodiesel, criado para funcionar com óleo de cânhamo — derivado da maconha —, era possível usar um óleo mais espesso (e poluente), cuja produção utilizaria 40% do óleo cru descartado no beneficiamento da gasolina: o óleo diesel.

A descoberta aliou-se ao desejo dos exploradores do petróleo, principalmente do sul dos EUA, que buscavam uma maneira de

reprimir a "balbúrdia" da população negra, ex-escravos libertados em 1865 por meio da 13ª Emenda à Constituição, e latinos, em especial vindos do México.

A ascensão da burguesia do petróleo nos anos 1920 nos EUA coincidiu com a criação do jazz, tocado pelos negros sob inspiração da maconha, planta levada ao país pelos escravizados e cultivada, sobretudo, pelos latinos.

Fotos Reprodução

As festas jazzísticas, embaladas por nomes como **Duke Ellington** e **Louis Armstrong**, atraíam não só a população latina, como muitas filhas e esposas dos ex-escravocratas, agora ocupados com a exploração do petróleo, que experimentavam a erva e seus efeitos na libido — hoje comprovados cientificamente.

A maconha ganhou ainda mais popularidade sob a Lei Seca, que vigorou nos EUA entre 1922 e 1933, proibindo o consumo de bebidas alcoólicas.

No entanto, as festas de jazz escandalizavam

ainda mais grupos conservadores e religiosos, especialmente os protestantes brancos europeus, que já haviam pressionado pela proibição do álcool.

A criminalização da maconha nos EUA, portanto, atendeu a dois anseios: beneficiar a crescente indústria do petróleo e criminalizar negros e latinos, que eram acusados de "seduzir" as madames que frequentavam as festas regadas a jazz e à erva que escandalizavam os conservadores e religiosos.

A partir de 1930, coube a **Harry Jacob Anslinger**, um comissário do Serviço de Narcóticos dos Estados Unidos, propagar o terror a partir de fake news sobre a planta — que foi equiparada por ele à heroína — alinhando o "vício" na "erva do diabo" à população negra.

Encarceramento

Incluída em 1937 no rol de substâncias ilícitas, a maconha começou, então, a ser usada para encarceramento da população negra — e latina — nos EUA. O próprio Louis

Armstrong chegou a ser preso por se recusar a cumprir a lei. E foi solto após dizer que não se apresentaria sem poder usar a erva.

A criminalização da maconha nos EUA deu início à chamada política de guerra às drogas no mundo.

O rapper norte-americano Snoop Dogg no documentário *Baseado em Fatos Raciais*

Foto Divulgação

Dados revelados no documentário *Baseado em Fatos Raciais* (disponível na Netflix) mostram que o resultado foi uma explosão das prisões nos EUA. Em 2019, quando foi feita a produção, havia 2,2 milhões de presos nos EUA, sendo 1,6 milhão pela Lei das Drogas. Mais de 60% dos presos são negros. Hoje os EUA têm mais negros nas prisões do que escravos em 1850, às vésperas da libertação.

Entre 2000 e 2010, 7,6 milhões de estadunidenses foram presos por posse de maconha. Estudo mostra que uma pessoa

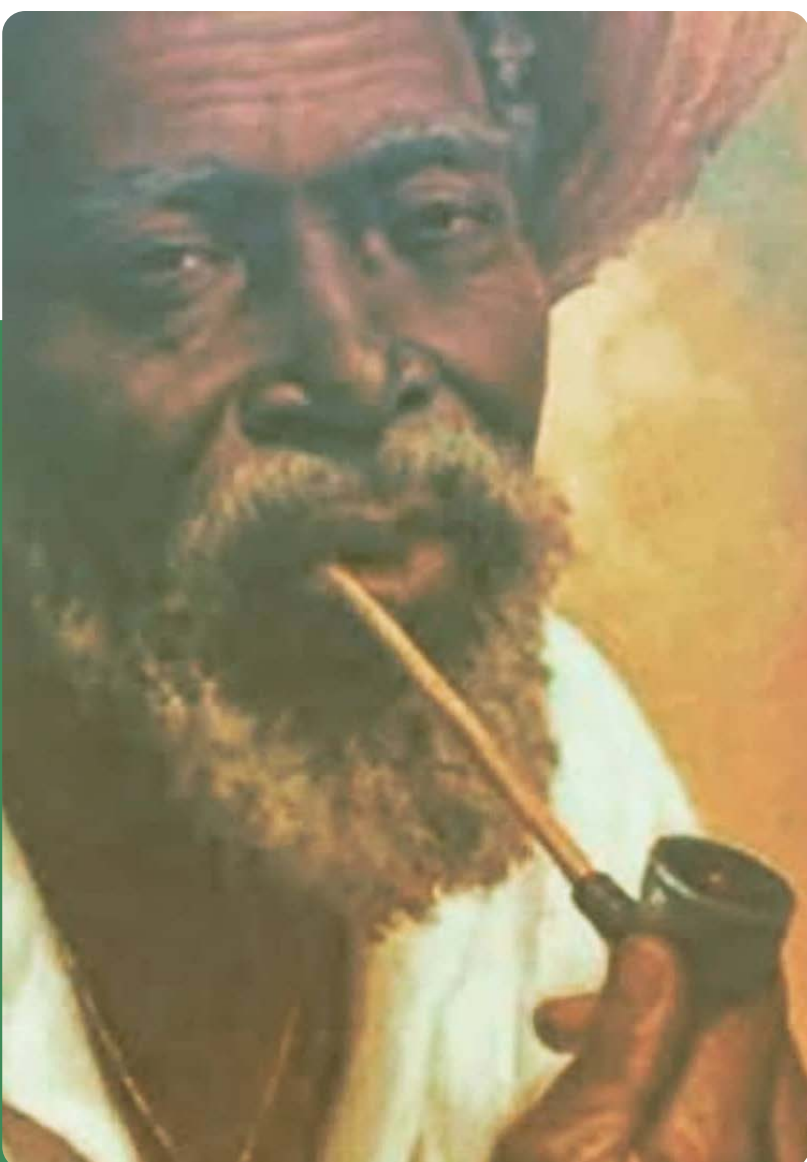
negra tem 375% mais chances de ser presa com a planta do que um branco no país.

A política de guerra às drogas, em especial à maconha, ainda culminou na indústria privada do encarceramento, com a privatização dos presídios nos EUA, que detêm hoje a maior população carcerária do planeta.

O projeto neoliberal de privatização das cadeias alimenta uma indústria gigantesca que movimenta cerca de 51 bilhões de dólares por ano, segundo a organização sem fins lucrativos *Drug Policy Alliance* (dados de 2019), e inclui a sustentação da repressão policial, advogados, sistema judiciário e, principalmente, a manutenção dos presídios pelos grupos privados.

Acontece nos EUA, acontece(u) no Brasil

O processo racista de criminalização da maconha no Brasil iniciou antes dos EUA com a instituição da chamada Lei do “Pito do Pango” em 4 de outubro de 1830 pela Câmara Municipal do Rio.

A expressão faz referência à maconha fumada em cachimbos de barro. A planta chegou ao

Brasil em sementes trazidas pelos escravizados e era usada por eles como remédio e como uma forma de atenuar as feridas — do corpo e da alma — do trabalho escravo.

A lei, no entanto, só servia para prender, por três dias, os escravizados. Brancos que faziam uso da erva e mesmo os contraventores que a vendiam pagavam, no máximo, uma multa.

O racismo era explícito no uso médico da planta, que ainda hoje ganha a alcunha suavizada de cannabis — seu nome científico — no início do século 20.

“Enquanto o uso medicinal tinha grande aceitação por parte da classe médica no início do século 20, o consumo não médico de maconha era considerado socialmente um ‘vício barato’ ou um hábito deselegante das classes baixas e dos afrodescendentes. Segundo o médico brasileiro João Rodrigues Dória, em comentário racista, o uso da cannabis seria uma característica ‘maligna’ dos negros, que transmitiam seu ‘vício’ aos brasileiros. Tal discurso racista permitia legitimar a ideia de inferioridade do negro em relação ao branco e também serviu para a construção de uma política criminal que ampliasse o controle

sobre o negro, especialmente no pós-abolição, quando outras engrenagens tiveram de ser estrategicamente pensadas para controlar essa classe perigosa, após o fim formal da escravidão sem nenhum tipo de reparação ou política social", diz a pesquisadora **Luciana Boiteux**, doutora em direito penal pela Universidade de São Paulo (USP) e professora associada de direito penal e criminologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora do Departamento de Política de Drogas do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais), em artigo no *Le Monde Diplomatique* em 2019.

Já nos anos 1930, o pânico propagado pela política de guerra às drogas nos EUA chegou ao Brasil, aterrorizando principalmente setores conservadores e religiosos. Em 1932, a planta foi incluída no rol de substâncias ilícitas.

Assim como nos EUA, a criminalização da maconha no Brasil teve foco no encarceramento da população negra, especialmente jovens, como mostra a pesquisa do Núcleo de Estudos Raciais do Insper citada acima.

No total, o número de brasileiros presos chegou a 839,7 mil em junho de 2023. Os

Foto Agência Brasil

negros e pardos totalizam cerca de 70% dos detentos e 46,4% têm até 29 anos, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública.

Além disso, a política de guerra total às drogas responde por cerca de 38% dos homicídios no Brasil. As vítimas são, quase sempre, jovens negros.

De 2009 até 2019, foram mortos 333.330 jovens com idades entre 15 e 29 anos, e 77% de todas as vítimas de mortes violentas ocorridas em 2019 eram negras, segundo dados que constam no livro *Fumo de Negro*, de Luísa Saad, que analisa os fundamentos históricos da proibição da maconha no Brasil.

Trazido ao Brasil pelo neofascismo bolsonarista,

o projeto neoliberal em torno da criminalização da maconha ganha um cenário futuro ainda mais sombrio com projetos da bancada atrelada ao ex-presidente no Congresso.

Na carta negociada com **Arthur Lira** (PP-AL) para selar o acordo que garantirá os 95 votos de deputados do PL ao candidato apoiado pelo atual presidente da Câmara para sua sucessão, Bolsonaro deve listar uma série de projetos a serem colocados em pauta no Congresso, entre eles a redução da maioridade penal e a privatização dos presídios.

Bem mais do que a posse da maconha, o que está sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal — instância criada em 1891 para defender os interesses da burguesia branca — é uma política de guerra às drogas que drena R$ 50 bilhões por ano, segundo o Ipea, para o projeto fascista neoliberal que leva ao encarceramento e ao assassinato de milhares de jovens brasileiros, especialmente negros.

O STF julga a descriminalização do porte da maconha para consumo próprio

Foto Reprodução

O voto de Cármen Lúcia — ou de Luiz Fux — pode ser o início de um processo de reparação histórica de uma legislação que levou os povos de matriz africana das senzalas para as cadeias por causa de uma planta criminalizada para servir aos interesses da burguesia, do conservadorismo, do neoliberalismo e da indústria petrolífera.

Uma planta que pode, ao mesmo tempo, oferecer uma alternativa energética, farmacológica e social para ajudar a curar o mundo das mesmas feridas causadas pelos setores que a criminalizaram.◆

apoie.revistaforum.com.br

Foto Ricardo Stuckert/PR

Global

O tudo ou nada de Emmanuel Macron

Medida drástica do presidente francês uniu a esquerda, mas pode dar ainda mais poder para a extrema direita

por Kellen Alves Gutierres

No domingo (9/6), os franceses receberam com grande surpresa o anúncio do presidente Emmanuel Macron, que dissolveu a Assembleia Nacional Francesa e convocou novas eleições logo após o resultado da eleição ao Parlamento Europeu. A pergunta

que ecoou pelo país no momento seguinte ao espanto foi: qual a estratégia do presidente diante de um ato drástico, que pode, inclusive, jogar o governo no colo da extrema direita francesa, vencedora das eleições europeias?

Vale pontuar que o sistema político francês – semipresidencialista, ou seja, um sistema no qual a Presidência partilha o governo com o Parlamento, na figura do primeiro-ministro – prevê a possibilidade de o presidente dissolver a Assembleia Nacional e chamar novas eleições. Dessa forma, o que o presidente francês fez naquela noite de domingo (9) é perfeitamente legal e condizente às normas democráticas do país. A legalidade, no entanto, não torna o ato menos radical, na medida em que coloca o cenário político num campo bastante conturbado, e com riscos reais de ver a extrema direita chegar ao governo do país pela primeira vez.

É importante, contudo, observar o contexto no qual o presidente governa o país desde 2022, quando foi reeleito presidente, vencendo a líder do partido de extrema direita, Marine Le Pen. Apesar de vitorioso, Emmanuel Macron não carregava uma aprovação expressiva de seu primeiro mandato: a disputa pelo segundo turno havia sido acirrada entre o candidato do partido de esquerda La France Insoumise, Jean-Luc Mélenchon (21,95% no primeiro turno) e Marine

Foto Reprodução X

Marine Le Pen, líder da extrema direita francesa

Le Pen (23,15%). Assim, parte considerável dos eleitores de esquerda que escolheram Macron no segundo turno o fizeram como forma de barrar a vitória da extrema direita.

As eleições para o Parlamento, que tiveram lugar alguns meses depois, reforçaram esse cenário: Macron não conseguiu eleger um número de deputados que lhe desse maioria confortável, além de ter havido uma expressiva alta de deputados de extrema direita (de 8 eleitos em 2017, o partido de Marine Le Pen elegeu 89 deputados em 2022) e uma frente de esquerda para tentar barrar a eleição de um primeiro-ministro do campo macronista. Nessa conjuntura, os principais atos de seu segundo mandato de governo vêm sendo marcados por

reformas impopulares, a utilização massiva de um mecanismo constitucional (o artigo 49,3) para aprovar pautas do governo a despeito do Parlamento – como no caso da reforma da previdência –, o que tem sido, também, motivo de intensa insatisfação popular.

Diante dessa situação – na qual, nas palavras do próprio presidente, o governo vem atuando de maneira precária –, a dissolução da Assembleia Nacional foi tida por Emmanuel Macron como uma resposta à insatisfação popular expressa no resultado das eleições europeias, que não poderia ser ignorada pelo presidente.

Ainda segundo ele, o povo francês demonstrou de forma contundente o seu descontentamento, não havendo outra opção que o chamamento de novas eleições, para clarificar os termos do debate político e devolver ao povo francês a possibilidade de refletir sobre o que deseja para o país.

O discurso de Emmanuel Macron faria sentido se não fosse difícil conceber que ele faria uma manobra tão arriscada como essa para, no momento seguinte, perder a maioria parlamentar, ainda que precária, seja para a extrema direita, seja para a esquerda.

Por isso analistas apontavam, na segunda-feira (10), que Emmanuel Macron apostava principalmente na divisão da esquerda, já implodida sua última aliança a partir de temas sensíveis como as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza, o que deixaria parte dos social-democratas em condição de se aliarem ao seu campo para barrar a extrema direita. Assim, a jogada arriscada visava recompor o Parlamento buscando, dessa vez, eleger um número maior de deputados que compusessem maioria com o presidente.

Foto Reprodução X

A resposta da esquerda, no entanto, foi rápida e um tanto surpreendente: já na segunda-feira (10), os diferentes partidos da esquerda francesa afirmaram uma aliança que tem como principal objetivo a resistência ao fascismo, na figura da expressiva votação da extrema direita nas eleições europeias. A aliança

recebeu o nome de *Front Populaire*, reeditando uma aliança histórica feita pela esquerda francesa nas eleições legislativas de 1936 como resposta à crescente onda fascista.

Já para a direita, principal aliada potencial do macronismo, a dissolução do Parlamento expôs a fragilidade desse campo que vem encolhendo nos últimos anos, tendo tido uma derrota expressiva nas últimas eleições presidenciais. Diante da aliança anunciada pela esquerda, **Éric Ciotti**, presidente do principal partido de direita francês, *Les Républicains*, anunciou uma aliança com o *Rassemblement National*, de Marine Le Pen. Esse anúncio foi tido por importantes figuras do partido como traição, e Ciotti foi excluído do partido, implodindo a possibilidade de aliança e a própria direita francesa.

Nessa conjuntura, Emmanuel Macron organiza sua campanha para as eleições do Parlamento se apresentando como a única alternativa contra o que ele chama de “extremismos”, ao equiparar a aliança de esquerda à extrema direita. Ainda que no discurso o presidente aponte a importância

de ouvir a insatisfação do povo francês, essa equivalência entre a plataforma xenófoba da extrema direita, que elege os imigrantes como inimigos responsáveis pelos males do país, e a frente organizada pelos partidos de esquerda banaliza o debate e as insatisfações legítimas do povo francês. Não é muito diferente do que acontece no Brasil quando há a tentativa de equivalência entre extrema direita e esquerda. Em diferentes cantos do mundo, o "centro" vem sendo reivindicado como única saída, não é de hoje. Já os problemas reais das pessoas, em grande parte devido à adesão maciça desse mesmo centro às políticas neoliberais, se avolumam sem horizonte de melhora.

A França, que vem sendo um farol democrático e republicano para um mundo à deriva, que pende cada vez mais para o extremismo, vive o risco real da ascensão da extrema direita ao governo.

Vemos a extrema direita francesa apostar no desencanto do eleitorado e surfar no populismo, como, ademais, ocorre em diversos outros países atualmente. Há que se observar, no entanto, o contingente de abstenção, nulos e brancos, que é crescente a cada eleição, evidenciando o descrédito da democracia

Foto European Parliament

Parlamento Europeu teve guinada à direita e avanço do extremismo

representativa nos moldes em que se apresenta, sem oferecer saídas concretas para as aflições urgentes impostas pelo neoliberalismo, pelo contexto bélico e pelas consequências dramáticas das mudanças climáticas. A ver se a frente de esquerda que, além de seus próprios dilemas internos, vive sempre um impasse entre o enfrentamento ao neoliberalismo e a manutenção de uma forma de representação de interesses caduca, terá força para buscar esses votos e evitar o mal maior.◆

*Kellen Alves Gutierres é doutora em ciências sociais pela Unicamp e professora na Université Jean Moulin Lyon 3.

Foto Montagem

Global

Milei e os bolsonaristas fugitivos

Porta-voz do presidente não traz boas notícias para os fujões que estão no país vizinho

por Antonio Mello

Não são boas as notícias para os bolsonaristas fujões condenados pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023, que fugiram do Brasil para a Argentina na esperança de solidariedade do presidente de extrema direita de lá, Javier Milei.

Só se esquecem de um detalhe: os líderes de

extrema direita são piores do que os mineiros da célebre frase do jornalista, dramaturgo e escritor Nelson Rodrigues, que diz que "O mineiro só é solidário no câncer". A extrema direita nem no câncer. É cada um por si e todos ajudando o líder, seja ele Mussolini, Hitler, Bolsonaro ou Milei.

O próprio mito, que os levou ao desatino da tentativa de golpe de Estado, tratou de tirar o seu da reta e a única atitude que tomou foi a de pedir um Pix para si mesmo para pagar seus advogados.

Sete bolsonaristas fujões já apresentaram um pedido à Comissão Nacional de Refugiados da Argentina para obter o estatuto de refugiado político, o que lhes permitiria escapar às penas da Justiça brasileira.

Mas por que Milei compraria uma briga com o governo brasileiro com a Argentina na penúria em que se encontra, tendo que se socorrer outro dia do gás brasileiro para não deixar a população na seca?

O porta-voz de Milei, **Manuel Adorni**, deu um banho de água fria nos bolsonaristas dizendo que

o governo Milei vai lavar as mãos e deixar a decisão com a Justiça argentina.

Ele rejeitou na quarta-feira (19) a possibilidade de existir um "pacto" para permitir a impunidade dos militantes de Bolsonaro que fugiram do Brasil e que estão ou podem estar na Argentina.

> **"Não fazemos pactos de impunidade com absolutamente ninguém, nem nunca o faremos", disse o porta-voz quando questionado durante a sua habitual conferência de imprensa. "Na verdade, é uma questão judicial. A Justiça tomará as medidas correspondentes quando chegar a hora de tomá-las e nós as respeitaremos como respeitamos cada decisão judicial."**

O governo brasileiro, por sua vez, já enviou à Argentina um pedido de relatório sobre os 143 fugitivos condenados e de seu reenvio ao Brasil para se apresentarem à Justiça brasileira.

Dificilmente a Corte Suprema de um país democrático desrespeita decisão de outra, ainda mais em se tratando de nações amigas e vizinhas, como Brasil e Argentina.

Portanto, os bolsonaristas fujões vão ter que "orar para pneu", "aguardar as próximas 72 horas" ou fugir para outro país enquanto há tempo.◆

Fórum
Siga o canal da
Revista Fórum
no WhatsApp
E receba
notícias
exclusivas
Clique aqui
e se inscreva

Foto Bruno Colaço/FJS

Entrevista

Pilar del Río
Hora de "frear essa louca corrida rumo ao abismo"

Jornalista e personalidade intelectual de grande relevo, foi esposa de José Saramago, o único lusófono a receber um Nobel de Literatura; agora, preside sua fundação

por Henrique Rodrigues, de Lisboa

A imponente e peculiar "Casa dos Bicos", na Baixa Pombalina de Lisboa, sede da Fundação José Saramago, realizava naquela manhã um colóquio internacional que debatia a herança que o 25 de Abril deixou

para o mundo, que hoje se vê novamente em conflito e sob ameaça do mal. Entre autoridades e figuras históricas que participavam do evento estava ela, a jornalista espanhola Pilar del Río, presidenta da entidade.

"Casa dos Bicos", sede da Fundação José Saramago, em Lisboa

Foto Fundação José Saramago

Esposa de José Saramago — o único ser humano de língua portuguesa a receber um Nobel de Literatura, e seguramente o mais proeminente e relevante escritor intelectual de Portugal no século 20, até o final da primeira década do século 21, quando morreu, no ano de 2010 —, Pilar recebeu a **Fórum** para uma entrevista exclusiva, em meio ao corre-corre do encontro que falava dos 50 anos da volta da democracia à pequena nação que ocupa a franja ocidental da Península Ibérica.

Já que o tema da Revolução dos Cravos embebia a atmosfera do recinto, a primeira pergunta foi sobre um Saramago ainda

desconhecido, em meados da década de 1970, quando atuava profissionalmente como jornalista num país sob fortíssima censura do regime ditatorial inaugurado por António de Oliveira Salazar, que àquela altura já estava morto e tinha um "sucessor". No cinquentenário do marco libertário, seu nome e legado foram muitas vezes evocados na imprensa e na sociedade.

"Quando ocorreu o 25 de Abril, José Saramago era só mais um cidadão entre muitos cidadãos que apenas estavam ali colocando o seu grãozinho de areia no processo. Ele colaborava com meios de comunicação, tratava de escrever da forma mais livre que a situação de censura lhe permitia, mas não foi um ser relevante no 25 de Abril, absolutamente. Depois da **Revolução de 25 de Abril**, ele ocupou a direção executiva de um jornal, e se ocupava de escrever seus editoriais e da relação com os jornalistas. Mas não é por nada disso que nos lembramos de José Saramago. Nos lembramos dele porque escreveu, num livro, que somos cegos que, vendo, não veem. Repito. Somos cegos que, vendo, não veem. E por que escreveu o *Ensaio Sobre a Cegueira*? Porque também escreveu

o *Ensaio Sobre a Lucidez*. E ele disse que a vontade das pessoas, unida, pode formar uma passarela, e também porque disse que o sábio é o que se contenta com o espetáculo do mundo. Dessa forma, se nos recordamos de Saramago, não é por seu papel cívico e de cidadania, que foi aquele que apenas esteve à sua mão e que pôde fazer, mas sim por seu trabalho intelectual, que se ampliou a fundo, e onde pôs sua energia, sua capacidade literária, seu sentido comum e sua consciência para refletir sobre o nosso destino", explicou Pilar.

Como o colóquio internacional em curso abordava justamente a herança da Revolução de Abril, a jornalista que foi companheira de Saramago por 24 anos é questionada sobre esse legado tão alardeado no país, embora o ambiente político, não só em Portugal, mas em toda a Europa e também nas Américas, seja de grande apreensão com o ressurgimento da extrema direita. Ela responde e ao fim sugere o que deve ser feito para que não caiamos no abismo.

"Para José Saramago, e estamos numa fundação chamada José Saramago, manter a memória era uma forma de humanidade. E, claro, temos que manter a memória dos

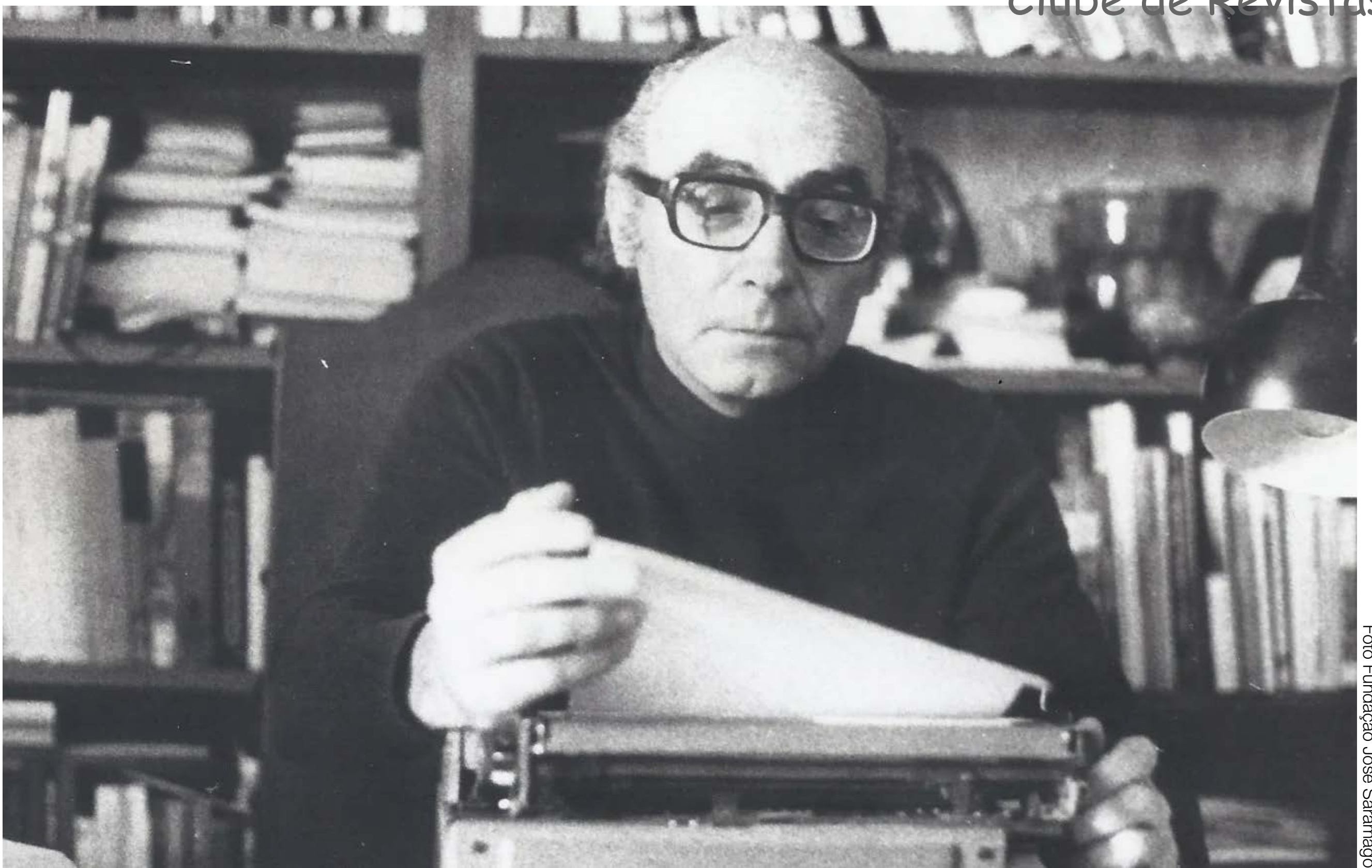



Foto Fundação José Saramago

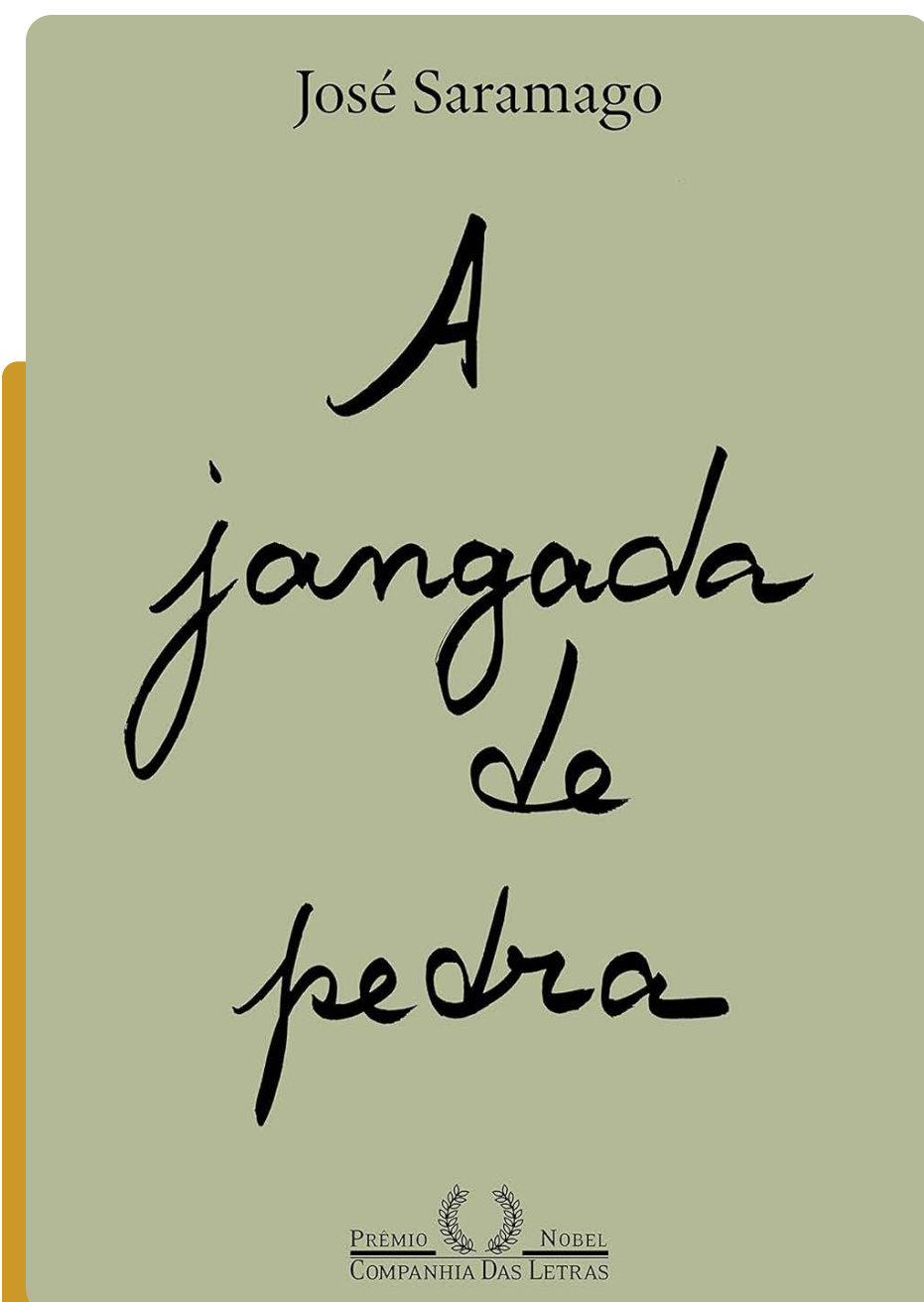
José Saramago na década de 1970

grandes feitos do passado, dos positivos, mas dos negativos também. Não podemos esquecer que tivemos duas guerras mundiais destrutivas, que houve genocídios, e tampouco podemos esquecer que a vontade das pessoas um dia se manifestou, e elas conseguiram conquistar a democracia em Portugal. Manter a memória para aprender, aprender o que não se pode repetir, aprender que temos que seguir mantendo o espírito conquistado no 25 de Abril, que é a participação e a firme decisão dos cidadãos de tomar conta de seu destino. Agora, 50 anos depois, nos damos conta de que, com certeza, nós, de uma geração mais antiga, não fizemos isso bem, não ensinamos esses

valores, não ensinamos que é fundamental viver com dignidade a democracia, não ensinamos que a liberdade é um bem do qual não podemos prescindir. Não ensinamos que temos que ser responsáveis, ante nós mesmos e ante os outros. Porque os outros, no fundo, somos nós. Os outros são outros nós. Então agora nos encontramos assim, com o mundo sofrendo uma situação de retrocesso, parece até que vivemos num mundo de ontem, e é por isso que fazemos uma jornada como esta, para refletir sobre o que fizemos, sobre o que tivemos de bom, mas sobre o que deve ser revisto, para com isso frear essa louca corrida rumo ao precipício”, disse a observadora senhora espanhola.

Como os movimentos fascistas têm tomado corpo especialmente em Portugal e na Espanha, dois países com muitas características em comum, e que se livraram de ditaduras fascistas tardiamente, mais de três décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, pergunto a Pilar sobre a obra *A Jangada de Pedra*, de José Saramago, publicada em 1986, que em síntese retrata uma Península Ibérica que se desprende fisicamente da Europa e sai “boiando” no Oceano Atlântico, numa alegoria que faz clara alusão ao isolamento dessas duas

nações por muito tempo e que as deixou com um enorme hiato social, econômico e político em relação ao resto do continente. O que diria o Nobel de Literatura, se vivo estivesse, sobre o novo cenário.

"Eu nunca me permitiria dizer o que diria Saramago, mas o que posso me permitir é lembrar o que Saramago fez e disse. Ele escreveu *A Jangada de Pedra* e assumiu a reflexão de um político espanhol, que escreveu no jornal *El País*, e ele [Saramago] disse 'esse homem soube ler o romance *A Jangada de Pedra*'... E que era um puxão que arrastava [a Península Ibérica] até o Sul. Mas a maior parte das pessoas não estavam se dando conta disso. A Península Ibérica, Portugal e Espanha, se vá para a América. Sim, claro que sim... Sim, porque estavam interrompendo o diálogo da Guerra Fria. Não se tratava de Estados Unidos, de União Soviética. Era algo como 'vamos até o Sul'. José Saramago, em *A Jangada de Pedra*, tentou. E o fez sendo a ilha de Lanzarote sua casa, na metade do oceano, e um ponto de

comunicação, e de pessoas, e de ideias, e de diferentes continentes. O fato é que, antes de morrer, voltou a refletir sobre esse assunto ibérico, e não lhe interessava o iberismo, mas sim o transiberismo. Ele dizia 'somos transibéricos, porque temos também uma memória, um pé, um passado, um conjunto com outros povos que falam outros idiomas, não necessariamente o português e o espanhol, como esses outros povos que estão aí, e que têm nossos costumes, e é preciso que viajemos e nos conheçamos mutuamente'. Ele defendia a bacia cultural do Atlântico Sul, e dizia que Espanha e Portugal, também saindo da Europa, mas se juntando à América Latina, com Brasil, com Argentina, com os países da África, e com esta zona para fazer uma 'bacia cultural' que sirva também como alimento, não só para cobrir as necessidades, mas também como alimento das almas e dos espíritos, porque são muitas culturas reconhecidas", detalhou a jornalista.

O crescimento da extrema direita, aliás, é alvo de pesquisas e análises. Praticamente todas elas concluem que o ponto central nessa escalada de autoritarismo passa pela

assimilação e aceitação do discurso de ódio pelos jovens. Peço a Pilar que deixe um recado a essas gerações mais novas.

“Os jovens que pensem e tratem de construir seu presente e seu futuro, e que esqueçam das más lições que estamos lhes dando, enxergando como se o mundo tivesse apenas uma dimensão. Não, não. Há dimensões até o infinito. Os jovens têm que pôr em marcha a imaginação e a solidariedade. Se não puserem em marcha a solidariedade, serão objeto provavelmente do abandono. Só sendo solidários uns com os outros é que encontraremos a memória e a harmonia”, aconselha.

Por fim, Pilar revela qual é, em sua perspectiva, a função de organizações como a Fundação José Saramago num mundo em constante mudança e que se vê diante de perigos já vividos no passado e que levaram a humanidade à barbárie.

“Esta é uma fundação privada que se mantém com os direitos do autor, e há muito poucas no mundo com essas características. Pergunto: em que podem colaborar e em que podem ajudar as fundações? Pois bem, eu conheço algumas,

José Saramago e Pilar del Río em cena do documentário *José e Pilar*, de Miguel Gonçalves Mendes (2010)

e são organizações sem maior interesse no bem comum. Há, sim, outras que têm interesses culturais e humanísticos. Esta, nesse sentido, é pequena, mas muito ambiciosa. Queremos chegar a todos os seres humanos e queremos que estejam sempre aqui todas as ambições e desejos nesse sentido. Queremos contribuir para que o mundo seja melhor, que os direitos humanos sejam respeitados e que o planeta seja uma casa para todos e cada um dos cidadãos", concluiu.◆

▶ **Clique aqui** e assista ao documentário **José e Pilar**, de Miguel Gonçalves Mendes (2010).

Música

Chico Buarque, 80 anos

Um samba tão imenso que o tempo parou pra ouvir

Foto Reprodução Instagram

por Julinho Bittencourt

Chico Buarque chega aos 80 anos como o maior artista vivo do Brasil. Sua obra é enorme em todos os sentidos. São centenas e centenas de canções maravilhosas, dezenas de livros excelentes, peças de teatro, shows, filmes, enfim, uma vastidão sem fim. Um verdadeiro documento do que tem sido a nossa vida das últimas décadas.

É impossível imaginar o Brasil sem Chico e, mais ainda, contar a nossa história sem recorrer à sua obra.

Posto isso, a sua postura como pessoa pública é absolutamente sóbria, discreta. Chico nunca se fantasiou e nunca fez pose de espécie alguma e, mais ainda, nunca expôs sua vida em público. Ninguém jamais viu sua casa, família, seus móveis, piscina (se é que tem alguma), namoradas, carrões (se é que os tem) e que tais em revistas de fofocas. Ninguém jamais ouviu fofocas a seu respeito que não fossem devidamente processadas na Justiça.

Chico foi casado duas vezes. E as duas esposas passam longe de serem “esposas do Chico Buarque”. As duas atendem por nome

Fotos Reprodução

Chico Buarque com a primeira mulher, a atriz Marieta Severo, e com a atual, a jurista Carol Proner

e sobrenome graças ao imenso talento que carregam. A primeira é a grande atriz Marieta Severo e a segunda e atual é Carol Proner, uma das maiores juristas do Brasil. Nenhuma delas jamais viveu à sombra do artista. São mulheres que carregam junto de si o próprio lugar ao sol.

Sem marketing

Chico, portanto, é o maior artista do Brasil sem recorrer aos truques de marketing. Tudo o que o cerca, desde o início, quando ainda era aquele garoto tímido de *A Banda*, em 1966, é absolutamente espontâneo. Brinca que, quando os baianos apareceram descabelados com aquelas roupas extravagantes nos festivais, ele não havia sido avisado. E foi se apresentar, como era o antigo combinado, de smoking.

É dono de uma obra notável, genial e muito, mas muito engajada politicamente. Nunca se furtou a comentar, tanto em suas canções e livros quanto em entrevistas, a vida política brasileira. E pagou caro por isso. Foi para a Itália para ficar algumas semanas e acabou recebendo o recado do amigo Caetano Veloso de que teria que ficar por lá, do contrário seria preso pela ditadura.

Chico em Roma, 1969

Foto Reprodução

De Roma, mandou a canção *Apesar de Você*, um samba dirigido aos generais de plantão da época, que só perceberam o recado depois que o disco estava nas ruas, e mandaram recolher tudo. Na volta, gravou o antológico disco “Construção”, uma obra-prima única que o consagrou definitivamente como artesão máximo da nossa canção, um letrista deslumbrante e, de quebra, chamou atenção

para um problema seríssimo: o excesso de acidentes de trabalho.

O SAMBA DUPLEX E PRAGMÁTICO DE JULINHO DA ADELAIDE

TEXTO DE MARIO PRATA

Nos bares do Rio de Janeiro, nas praias badaladas, na favela Rocinha e mesmo na casa de alguns milionários e ainda em gumas delegacias de Polícia, Julio Cesar Botelho de Oliveira lves não seja muito conhecido. Mas Julinho da Adelaide é figura s mais notórias, simpáticas e comentadas do momento. Não se imite mais uma festa ou uma roda de samba sem a presença de linho da Adelaide.

Seu nome passou das crônicas policiais para as sociais quando antores e compositores famosos começaram a se interessar pelo u samba. Chico Buarque gravou Jorge Maravilha, o MPB-4, O ilagre e Nara Leão deverá gravar uma música nova.

Como começou a ficar conhecido em São Paulo, esteve aqui no

Foto Reprodução

Para driblar a censura, Chico inventou Julinho da Adelaide, pseudônimo com o qual lançou duas canções: *Jorge Maravilha* e *Acorda, Amor*

Chico seguiu em frente fazendo seus discos, livros e espetáculos teatrais. Enfrentou a censura com vários truques. Entre eles, inventou um personagem para assinar as canções no lugar do seu nome, marcado pelos censores: Julinho da Adelaide. Com ele, conseguiu lançar duas canções antes de ser descoberto. *Jorge Maravilha*, feita para um delegado que, após o inquirir, pediu um autógrafo para a filha, que era sua fã: “você não gosta de mim, mas sua filha gosta”; a outra, a excepcional *Acorda, Amor*, que retrata um preso político que é arrancado de madrugada de casa pela polícia da ditadura.

Cada vez mais rebuscado

Na volta ao Brasil, e com a redemocratização, seguiu compondo uma obra cada vez mais

rebuscada, elaborada. Fez a canção *O Que Será* para o filme *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, de Bruno Barreto, baseado na obra homônima de Jorge Amado. A melodia, com três letras diferentes, ganhou várias gravações. Duas delas em dueto com Milton Nascimento. Uma no disco “Meus Caros Amigos”, de Chico, e outra no “Geraes”, de Miton. *O Que Será* entrou em várias das listas das melhores canções do século 20.

No mesmo período, fez ainda *Eu Te Amo*, com Tom Jobim, e, para a trilha do Balé Guaíra, de Curitiba, lançou, entre outras, mais uma obra-prima: *Beatriz*, cantada no álbum lindamente por Milton Nascimento.

Lançou também vários romances e peças, entre eles *Fazenda Modelo*, *Estorvo*, *Benjamim*, *Budapeste*, *Ópera do Malandro*. Venceu duas vezes o prêmio Jabuti e também o Camões, uma honraria instituída em 1988 pelos governos do Brasil e de Portugal para estreitar os laços culturais entre os países lusófonos.

Chico e Mônica Salmaso

Foto Reprodução

Chico segue produzindo e muito bem. Em 2017, lançou o álbum *Caravanas* e, no ano seguinte, *Caravanas ao Vivo*. Em 2021, lançou o livro de contos *Anos de Chumbo e Outros Contos*. Circulou o país com um espetáculo que foi lançado no disco de 2023, *Que Tal um Samba? (Ao Vivo)*", com participação da cantora Mônica Salmaso.

Chico Buarque chega aos 80 anos sem dar a menor pinta de que pretenda se aposentar. Casou-se com Carol Proner há três anos, prossegue batendo sua bolinha e, assim como sua obra, desafiando o tempo.

Assim, como disse acima, Chico segue sendo o maior artista vivo do Brasil, sem demérito a nenhum outro. Apenas levando em conta o conjunto da obra: Um samba tão imenso que o próprio tempo parou pra ouvir.◆

▶ **Clique aqui** e assista aos melhores momentos do show **Que Tal um Samba?**, com Mônica Salmaso.

expediente | edição #116

Diretor de Redação
_ Renato Rovai

Editora executiva
_ Dri Delorenzo

Textos desta edição:
_ Ivan Longo
_ Julian Rodrigues
_ Mouzar Benedito
_ Plínio Teodoro
_ Kellen Alves Gutierres
_ Antonio Mello
_ Henrique Rodrigues
_ Julinho Bittencourt

Designer
_ Marcos Guinoza

Revisão
_ Laura Pequeno

Acesse: **revistaforum.com.br**

youtube.com/forumrevista

@revistaforum

facebook.com/forumrevista

@revistaforum